



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XII - Nº 213 - DE 23 DE ABRIL A 07 DE MAIO DE 2001 - R\$ 1,00

Por um 1º de maio operário e camponês!
Por um 1º de maio antiimperialista e anticapitalista!
Por um 1º de maio internacionalista!
**Para pôr abaixo o governo corrupto,
antinacional e antipopular!**
Para pôr abaixo os partidos da burguesia!
Para varrer a burocracia sindical festiva!
Para pôr fim ao reformismo e à conciliação de classe!
Para rechaçar as ilusões na farsa das CPIs!
Para defender os Tribunais Populares!
Em defesa de um salário mínimo vital de R\$ 2000,00!
Em defesa da reposição de todas as perdas salariais!
Em defesa do emprego para todos!
Em defesa da entrega das terras aos camponeses!
**Organizar a unidade dos trabalhadores sob a
estratégia do governo operário e camponês!**
**A emancipação dos oprimidos virá com a
revolução e ditadura proletárias!**
Construir o Partido Operário Revolucionário!
**Reconstruir a IV Internacional - Partido
Mundial da Revolução Socialista!**

QUINZENA DO MOVIMENTO CAMPONÊS

Nas últimas semanas, o MST demonstrou que continua sua luta contra a opressão de classe no campo. Neste período, seus integrantes ocuparam a fazenda do embaixador brasileiro na Itália, no município de Uruana, em Minas Gerais. No dia 08/04, cerca de 1300 sem-terras ocuparam a Usina Aliança, próxima à cidade de Recife. No dia 13/04, um grupo de 180 famílias ocupou a fazenda Santana do Rio Abaixo, no município de Jacareí (Vale do Paraíba). No dia 17/04, o MST ocupou a fazenda São João, em Teodoro Sampaio, no Pontal de Paranapanema, e também realizou protestos em várias cidades do país, para lembrar os 5 anos do massacre de Eldorado dos Carajás (PA). No dia 18/04, integrantes do movimento montaram acampamento no centro de Ribeirão Preto (SP).

Nenhuma ilusão no governo burguês: ele não realizará a reforma agrária.

Os sem-terra têm utilizado as ocupações, acampamentos nas cidades e protestos, como forma de pressão ao governo burguês, para assentar um contingente maior de famílias, em terras que ele (através da avaliação do Incra) considera "improdutivas". O método da ocupação, acampamento em áreas urbanas etc. está correto, pois é expressão da ação direta das massas de camponeses pobres. A confiança no governo burguês, entretanto, é equivocada, pois ele não atende e nem atenderá as reivindicações do movimento, pois a reforma agrária se choca com os interesses da burguesia: o monopólio da propriedade privada da terra.

O Incra é um órgão do governo burguês, cuja função é mascarar o comprometimento deste governo com a burguesia latifundiária. Por isso, eventualmente, ele "declara" que algumas terras são improdutivas. O que não quer dizer que as terras passarão às mãos dos camponeses pobres, pois é aí que entra em cena a justiça e a polícia burguesas, juntamente com os jagunços dos latifundiários. Todos estes organismos, são apresentados como independentes e neutros. Mas, na prática, todos atuam conjuntamente para garantir a manutenção

dos grandes latifúndios. Tanto é assim, que o Incra declarou duas vezes que as terras da Usina Aliança eram improdutivas. Seus proprietários (o grupo Pessoa de Melo), entretanto, conseguiram reverter esta declaração na justiça. Da mesma forma, o Incra havia prometido avaliar as terras da Fazenda Santana do Rio Abaixo, há um ano atrás, o que fez com os sem-terras desmontassem seu acampamento na época, retomando-o agora, porque a promessa não foi cumprida. No entanto, neste último caso, o que o MST quer é apenas uma resposta do Incra.

A única forma da reivindicação da terra aos camponeses pobres ser alcançada é sob o governo operário e camponês e isso implica em uma revolução social. A luta pela reforma agrária, na verdade, é parte da revolução social, que destruirá o capitalismo e, conseqüentemente, a burguesia, através da expropriação dos meios de produção que estão em suas mãos, entre eles a terra. Para que a revolução social aconteça, no entanto, é necessário que o MST avance no sentido da aliança entre os camponeses e os operários, sob a base do programa proletário. Somente desta forma, é possível enfrentar os capitalistas e o seu governo.

A direção do MST reforça a ilusão no governo burguês.

O problema é que a direção do MST trava o movimento, ao se apoiar na política do reformismo petista e nas orientações reacionárias da Igreja, que não querem a revolução social, que defendem a manutenção da propriedade privada capitalista, incluindo a disseminação do equivocado conceito de "terras improdutivas". O reformismo e a Igreja iludem as massas camponesas com a possibilidade de vitória nos marcos do capitalismo decadente e com as promessas eleitoreiras de um governo "mais comprometido com a luta dos sem-terra". Por isso, o MST precisa se emancipar do reformismo e da Igreja.

O POR denuncia o reformismo, a Igreja e a direção do MST, por iludirem as massas camponesas e bloquearem a luta de classes no campo. Não haverá no capitalismo um governo capaz de realizar a reforma agrária. Por isso, o POR

defende a aliança operária e camponesa para derrotar o capitalismo e construir o governo operário e camponês, que expropriará os meios de produção da burguesia, entre eles a terra.

A tarefa da justiça burguesa é legitimar a ditadura da burguesia, sob a aparência de neutralidade

A chacina de Eldorado dos Carajás, que veio logo após a de Corumbiara, é uma das manchas de sangue da ditadura da burguesia contra os trabalhadores sem-terras. Já se foram 5 anos e nem governo nem policiais foram punidos. A farsa montada para julgar, em 19 de agosto de 1999, os três militares que comandavam a operação acabou por absolver os assassinos. Foi tão escandalosa a decisão do júri que, em 11 de abril de 2000, a justiça se viu obrigada a anular o julgamento e marcar um outro. Nas vésperas dos 5 anos do massacre, a juíza escolheu jurados e anunciou novo julgamento para maio. Eis aí para que serve a justiça do Estado burguês. Está a serviço da classe que sustenta seu governo e do aparato policial que a protege. Os sem-terras devem rechaçar essa justiça e defender os Tribunais Populares. Ou seja, os organismos criados pelos trabalhadores para julgar e punir os crimes da burguesia.

Nenhuma confiança deve existir na justiça burguesa. A burguesia latifundiária a tem utilizado como mais um instrumento de eliminação dos sem-terras (outros instrumentos são seus jagunços e a polícia do Estado burguês). Se não há leis prontas para punirem os trabalhadores que se levantam contra ela, através do método da ação direta, com a ajuda da imprensa burguesa, começa uma campanha que a coloque como vítima, ora para conseguir leis que os punam ora para justificar mais massacres.

Foi assim no caso da ocupação da Usina Aliança. O grupo Pessoa de Melo recorreu à justiça burguesa para ser indenizado pela queima de imóveis, 1 automóvel e algumas bugigangas. A justiça alegou estar de "mãos atadas", à medida que o MST não pode responder a uma ação judicial, como movimento, porque não tem registro jurídico (como

empresa, ONG ou sindicato). Por outro lado, a justiça pode punir os sem-terras individualmente, pode punir as pessoas que fazem parte do movimento. Possibilidade que se a burguesia não utilizar é somente porque não lhe interessa acabar com alguns militantes, mas atacar o movimento de conjunto, acabando com sua organização atual e, ao mesmo tempo, eliminando qualquer possibilidade de organização futura, ela faz, com a ajuda da imprensa burguesa, uma campanha pelo “fim da impunidade”.

O método de ação direta utilizado pelo MST não pode ser comparado a ação repressiva e reacionária da polícia burguesa.

A campanha pelo “fim da impunidade” para as ocupações e outras ações diretas praticadas pelo MST, utiliza-se de argumentos que as comparam com a ação da polícia, como no caso do massacre dos 111 presos do Carandiru (revista

Veja de 18/04). Distinguímos a violência revolucionária da violência policial. A ação da polícia é repressiva e reacionária, visa conter movimentos que possam culminar na luta de classes e gerar a transformação da sociedade, eliminando as classes sociais. A polícia busca “manter a ordem”, isto é, manter tudo como está, para que a burguesia não perca seu lugar de classe dominante na sociedade. A ação do MST, por outro lado, é própria dos trabalhadores, visa assegurar seus interesses de sobrevivência através do trabalho, visa defender seus interesses de classe.

Da repressão aberta à demagogia

Para amortecer a luta de classes no campo, o governo burguês utiliza todas as armas que possui. Além da polícia e da justiça burguesa, agora joga peso na campanha ideológica contra as ocupações. Sua propaganda na TV diz que com ocupações a reforma agrária, que ele está rea-

lizando, pára. Diz que “a porteira está aberta, não é preciso pular a cerca”. A imprensa burguesa, faz o mesmo discurso contra o método da ação direta, sobretudo a ocupação, utilizado pelo MST. Dizem que a questão agrária virou pretexto para “um movimento político”.

Este argumento separa a questão econômica, do monopólio da terra, da necessidade política do movimento se chocar com o Estado burguês, que protege este monopólio, e de construir o governo operário e camponês. Os camponeses pobres não podem se intimidar com este discurso. Não devem recuar no método de ocupações para atrair, por exemplo, o “apoio da opinião pública”, como busca o reformismo petista e a Igreja.

O POR apóia inteiramente a luta dos sem-terras, levantando as bandeiras democráticas não cumpridas pelo capitalismo, a exemplo da reforma agrária. O POR apóia os métodos de ação direta utilizados pelos sem-terra para enfrentar a burguesia e o governo burguês.

Governo serra o cerrado do Piauí

O governo do estado do Piauí está destruindo uma das últimas áreas virgens e férteis do Nordeste, que é o cerrado do Piauí. Atrás desta barbárie já se vê os reflexos atingirem principalmente o social. Nem o próprio governo tem hoje uma dimensão da área já devastada. A Curadora do meio ambiente do Piauí, Maria Carmem Almeida, sobrevoou a área e quando viu o tamanho da calamidade, disse: “fiquei impressionada com a quantidade de terras nuas, sem matas ou plantações...está virando uma terra arrasada”. E afirmou que não abrirá processo por crime ambiental contra os gaúchos, pois se trata de pequenos produtores e quando chegaram à região já estava desmatada.

É evidente que os burocratas ecológicos sabem desses desmandos, pois o governo bombardeia a população piauiense com propagandas da vinda dos fazendeiros gaúchos para o Piauí, há meses, como sinal de progresso. Não toma providências porque não vai ser a burocracia do Estado burguês que irá dar um basta nisso. Mas sim tarefa do campesinato piauiense juntamente com as massas sofridas e exploradas da região. Essa é uma das mais miseráveis do

estado: maior índice de analfabetismo; famílias inteiras ficam nas margens da BR pedindo esmola aos viajantes que por ali passam devagar, pois a estrada é totalmente esburacada.

O governo está oferecendo quase de graça terras do centro-sul do Piauí, uma área que abrange 08 municípios. Já desapareceram 45 mil hectares de mata que abriga hoje cerca de 500 fazendeiros gaúchos que plantarão, com o incentivo do governo do estado, soja e arroz. O projeto que beneficia somente os gaúchos é de autoria do vice-governador, Osmar de Almeida Junior, que pertence ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ele próprio foi apresentar aos fazendeiros o projeto: transformar o cerrado em pólo produtor de soja para exportação. Osmar alega: “Não temos no nordeste uma cultura de exploração do cerrado para produção de grãos em grande escala, por isso fomos atrás de quem entende”.

Vejam a que ponto chegou os descendentes políticos do estalinismo. Como se não bastasse esse degenerado se aliar a partidos burgueses, tal projeto mostra o nível máximo de traição à classe operária e camponesa. Enquanto milhares de

camponeses nordestinos vivem na miséria da *seca industrial* produzida pelos resquícios de coronelismo no sertão; sem perspectiva de trabalho, pois as roças de subsistência já não dão mais, esse entreguista vem com essa conversa de quem entende de cultivo são somente os gaúchos. O mal-caractismo dissimulado dos governantes nordestinos, em especial o do Piauí, vem com essa ação mostrar-nos uma volta à época dos “bandeirantes desbravadores” para criar no sertão um novo tipo de oligarquia agrária, desta vez embandeirada pelos fazendeiros gaúchos.

Os camponeses e demais explorados devem tomar para si a tarefa da revolução agrária. Desapropriar o grande latifúndio e coletivizar o uso da terra.

Certamente os camponeses não são nem gaúchos nem piauienses, são apenas camponeses brasileiros oprimidos pela burguesia latifundiária e industrial. A tarefa de entregar as terras aos pobres do campo no Piauí é a mesma em todo o país. Com as terras na mão, os camponeses poderão trocar experiências, sem que haja distinção de ordem capitalista, como faz o PCdoB no governo do Estado.

Que tipo de crise política?

A comprovação de que o painel eletrônico do Senado foi violado pelo líder do governo José Roberto Arruda (PSDB) e por Antônio C. Magalhães (PFL) expôs mais um foco da crise política. De acusador contra a corrupção do presidente do Senado Jader Barbalho, no caso bilionário da Sudan, A. C. Magalhães passou a ser apontado como um dos violadores da votação que cassou o senador Luiz Estevão, por ser um dos cabeças das fraudes do Tribunal do Trabalho (SP), que resultaram em desfalque milionário.

Chama atenção o fato do líder do governo, Arruda, ter sido o articulador da quebra do sigilo do painel, para obter a lista dos votantes e ter em mãos aqueles que votaram contra a cassação do corrupto L. Estevão.

Antônio Carlos Magalhães denunciou, em seu encontro com os procuradores federais, que a senadora do PT Heloísa Helena havia votado em favor de Estevão. Recentemente, veio à tona que Antônio Carlos disse ao senador José Eduardo Dutra (PT), logo após a votação (28/7/2000), que Helena foi comprada em seu voto. O silêncio de Dutra é qualificado de conivência.

De todos os lados, só se ouve a palavra de inocência. A guerra de denúncias de fraudes, corrupção, conivência etc é típica da política burguesa. Faz parte a tentativa de acordos para se acobertar e contornar os fatos.

Ocorre que os homens envolvidos nunca estão a sós, fazem parte de uma rede de políticos, burocratas e empresários que compõem a espinha dorsal do Estado burguês. Os ditos "éticos", "honestos", acabam se envolvendo, como peixinhos, engolidos pelos tubarões, uma vez que se colocam no âmbito do Estado e da política da classe dominante.

Falamos dos parlamentares do PT, que não são orgânicos da burguesia, vêm da pequena-burguesia ou mesmo da classe operária. Por agirem presos aos ditames do capitalismo, não compreendem o caráter da crise política e comparecem como Quixotes da moral, da assepsia ética. Acabam praticando a conivência,

quando não a corrupção direta.

Ocorre que a corrupção e os escândalos expressam a sociedade mercantil e, particularmente, a decadência da burguesia. A rouboalheira dos cofres públicos, esbanjamento, favorecimento, compra de votos, fraude, contribuição eleitoral constituem a medula da política burguesa, que penetra por toda estrutura estatal e confere à democracia (funcionamento do Parlamento e dos mecanismos formais democráticos) um modo de existência.

O Parlamento mostra-se uma cova de ladrões. Quando as quadrilhas de políticos, juizes, militares e toda sorte de burocratas entram em choque no aparelho do Estado, quase sempre na disputa de cargos e poderes, fonte de sustentação das quadrilhas burguesas, vem à tona a mercantilização da política e precipita-se a crise do regime.

Todos os homens que exercem tais funções estão a serviço dos capitalistas, parasitas do trabalho da maioria, e como tal expressam o parasitismo. Não é por acaso que a democracia parlamentar se assenta nos interesses do grande capital e sobrevive de seu financiamento, incluindo as contribuições dos poderosos grupos para eleger os parlamentares, presidente, governadores e prefeitos.

Os partidos da ordem democrática, é disso que se trata agora, constituem uma casta no poder do Estado. Não só exercem o poder para sustentar a organização social da exploração do trabalho da maioria como tiram proveito para viver um presente privilegiado e assegurar seu futuro. É nesse sentido que se caracterizam como quadrilhas burguesas, como facínoras que praticam o roubo nos porões do Estado e do alto da tribuna parlamentar comparecem como cidadãos dedicados à causa comum de todo o povo.

A bandeira de CPI acoberta o caráter estrutural da corrupção estatal

Tanto a direita quanto a esquerda da

democracia burguesa se utiliza da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a luta intestina e enganar os explorados. A experiência com inúmeras CPIs mostrou que as quadrilhas não têm como apurar os crimes umas das outras e erradicar a podridão. Acabam por mascarar as raízes dos desmandos, funcionando como válvula de escape das pressões sociais e de meio de negociação política entre as quadrilhas.

A idéia dos reformistas que as CPIs podem estar sob o controle da população, servir de pressão das massas e correção da corrupção faz parte da fraude democrática burguesa. A caracterização de que a rouboalheira e o jogo de influência política (compra de voto, fraude na votação, violações etc) são apenas desvios, que comprometem a democracia, portanto, o parlamento e os partidos que o sustentam, constitui manipulação da realidade política e institucional do Estado burguês.

Não se trata de desvio que pode ser sanado, reduzido ou controlado, de forma a fortalecer a democracia parlamentar.

Nos países semicoloniais, o Brasil não pôde superar essa condição, apesar do nível econômico alcançado, a democracia não teve como ser implantada. O arremedo democrático que o país teve no passado, em poucos momentos, continua vigente. Expressa o desenvolvimento histórico da raquítica burguesia nacional, oligárquica e serviçal do capital imperialista. Aí está a chave do questionamento da possibilidade de uma democracia progressista, instrumento de reformas em favor das massas, da economia nacional e antiimperialista.

A democracia, em qualquer parte do mundo, está decomposta e somente serve aos monopólios, portanto, à reação. Democracia burguesa e corrupção nunca foram contrapostos. Mas é claro que o desmoronamento da ordem capitalista, que dá lugar a todo tipo de marginalidade, reflexo do mercantilismo decadente, potencia a jogatina no seio da democracia, ou melhor, do Estado.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

A roubalheira, fraudes etc ganharam tal dimensão que não podem ser contidas nos porões do Estado. Transbordam e colidem com a situação de atraso do país e miséria da maioria.

A horda de políticos burgueses constitui uma elite completamente alheia às necessidades mais elementares dos explorados, pisam sobre a miséria da maioria, seguem os ditames do capital parasitário e fazem do Estado um feudo de interesses particulares. As CPIs são filhos dessa horda.

Poder-se-ia argumentar, como fazem os centristas de esquerda, que seria uma bandeira democrática que serve à mobilização. Em determinadas condições poderia ser assim, tomada com muito critério tático. Mas ocorre que as experiências se encarregaram de mostrar aos explorados que as CPIs são parte da fraude.

É necessário denunciá-las, caracterizá-las com parte da política do reformismo e estalinismo, que se encontram completamente integrados ao Estado. Mostrar que a burocracia sindical faz das CPIs centro de sua intervenção, servindo de caixa de ressonância da política burguesa no seio do movimento sindical e popular.

Contra a corrupção e as fraudes da política burguesa, defender as reivindicações dos explorados e levantar a bandeira dos tribunais populares

Enquanto os politiqueiros saqueiam os cofres públicos, a maioria passa por privações. Sob o governo que arrocha os salários, destrói a Previdência pública,

A ira do vereador do PDT

Na assembléia dos municipais, o professor Mário Jorge, também vereador pelo PDT, aliado político do prefeito de Porto Velho, sentiu as dores da burocracia sindical. Quando o POR criticou a direção do sindicato por sua política de conciliação de classe, denunciando a participação na comissão de negociação e ausência do controle das bases nessas reuniões, o vereador tentou ridicularizar a intervenção do partido. Fez também teatro, no final, pedindo que a burocracia entrasse com processo judicial contra um dos presentes.

O que está por detrás desse fato é que

promove o desemprego, entrega as estatais etc, ocorre a maior roubalheira.

Tudo isso se dá com a participação dos partidos, mais ou menos envolvidos, direta ou indiretamente, e com a conivência do Parlamento. É o que temos de mostrar aos trabalhadores, com o objetivo de organizar a luta de massa contra o governo da burguesia e o Estado, partindo das reivindicações mais sentidas.

Não cabe à classe operária, camponeses e pequena-burguesia arruinada moralizar a política burguesa, os partidos patronais e suas instituições. A tarefa é de pôr abaixo toda podridão e erradicar as causas. O que implica defender a estratégia da revolução proletária.

Todo e qualquer motivo de luta tem de estar direcionado a contrapor os explorados do poder político dos capitalistas. E isso não se realizará caso o movimento social não esteja sob a estratégia de um governo da maioria explorada contra a minoria exploradora, que se concretiza na luta por um governo operário e camponês.

Bandeiras democráticas, como a de punir os corruptos, servem para avançar a luta de classe, mas para isso não podem incentivar ilusões nos métodos, meios e instituições burguesas. Os trabalhadores ganham terreno contra a burguesia quando tomam os problemas em suas próprias mãos. Assim, impõem-se a condição de não se submeter às bandeiras da burguesia, como é o caso da CPI.

A corrupção no governo está mais do que evidente: trata-se de desenvolver a bandeira de "abaixo o governo corrupto", por um governo dos explorados para os explorados, o governo operário e

o PDT do vereador está comprometido até a medula com a implantação das medidas de destruição do ensino público. É um dos responsáveis pelo brutal arrocho salarial dos municipais e pela superexploração do trabalho. Ao executar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o PDT do prefeito e do vereador está obrigado a se voltar contra a vida dos trabalhadores em educação, impondo o congelamento salarial. Não é por acaso que está do lado dos burocratas. Quanto menos a direção do sindicato se voltar contra as medidas do Estado/prefeitura, melhor para sua permanência como parasita do legislati-

camponês (ditadura do proletariado). Chega de suportar os Planos antinacionais e antipopulares desse governo corrupto! É preciso quebrar o arrocho: salário mínimo real, reposição de todas as perdas e escala móvel de reajuste. O desemprego é inadmissível: cessar imediatamente toda demissão, estabilidade no emprego, implantar a escala móvel das horas de trabalho.

O entreguismo, a sangria do País e a desnacionalização quebram a economia, provocam o desemprego: recuperar as estatais com o controle operário coletivo da produção, não pagar a dívida externa, expropriar os poderosos grupos econômicos, nacionalizar o comércio exterior.

No campo, campeia a fome dos camponeses: expropriar os latifúndios sem indenização, nacionalizar a terra, entregá-las aos camponeses pobres, iniciar coletivização pela agroindústria.

O sentido de lutar contra os desmandos dos representantes da burguesia é o de pôr na ordem do dia as reivindicações das massas, as tarefas econômicas que atinjam as causas da miséria e atraso, e os objetivos históricos da classe operária. Está provado que as CPIs não resolvem nada e servem de instrumento de luta interburguesa.

Os trabalhadores em luta por suas reivindicações podem criar organismos próprios. Não queremos a farsa das CPIs: pelos tribunais populares, constituídos pelos trabalhadores, desde as fábricas, campos, escolas. Que todos sindicatos e movimentos convoquem assembléias para pôr em marcha a plataforma de reivindicações dos oprimidos e pela punição dos crimes da burguesia.

vo e "biqueiro" da educação. Seu salário e suas condições de vida nada têm a ver com a dos trabalhadores da educação, na qual faz apenas bico.

Os educadores devem combater o partido burguês (PDT) do vereador e defender a política dos revolucionários, que está em contraposição com a da direção do sindicato, que é a da conciliação de classe, do imobilismo e das negociações de cúpula intermináveis. Não devemos aceitar as provocações do representante do prefeito no interior das assembléias dos trabalhadores em educação. Pela democracia operária.

É necessário um verdadeiro tribunal popular

No dia 2 de maio, está previsto, no Paraná, um "Tribunal Internacional do Latifúndio e das Políticas Governamentais". O objetivo é fazer um julgamento do governo do Paraná, Jaime Lerner (PFL) e dos assassinatos contra os sem-terra.

Presidirá o Júri simulado, o presidente da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA e parlamentar do PT, Sr. Hélio Bicudo. Participam da atividade figuras conhecidas como Frei Beto, o sociólogo norte-americano James Petras, da Universidade de Binghampton, Hebe de Bonafini, presidente das Mães da Praça de Maio, o belga Paul Nicholson, da Via Campesina, dom Tomás Balduino, da CPT etc.

O Júri apresentará um balanço da violência contra os camponeses do Paraná, sob o governo de Lerner, desde 1995. Resumindo: 16 assassinatos; 478 prisões; 7 casos de tortura comprovada; 323 feridos pela repressão; 131 ação de despejo; 45 ameaças de morte.

Como podemos ver, somente nesse Estado, temos o retrato das conseqüências de uma guerra civil no campo, apesar

dos camponeses lutarem desarmados. O confronto entre trabalhadores e latifundiários, protegidos pelo Estado burguês, ocorre em todo País. Acabamos de passar os 5 anos da chacina de El Dorado dos Carajás, pouco antes houve a de Co-rumbiara.

A quantidade de assassinatos no campo, seja pela polícia, seja pelos jagunços (agora, são chamados de "seguranças") é copiosa. O "Tribunal" a ser realizado no Paraná, no entanto, não passará de mais uma denúncia dos reformistas, clericais e acadêmicos de esquerda. Sabemos o quanto se usa da tragédia enfrentada pelos oprimidos para fins eleitorais. O Sr. Hélio Bicudo, que se destacou por defender uma polícia mais humana no capitalismo, é-nos conhecido por interesses eleitorais e parlamentares.

Temos certeza de que dirão: "mas a denúncia em si já é válida". Não temos nada a contestar. O que contestamos é que a denúncia "em si" está a serviço da política reformista, do pacifismo, da defesa de uma polícia humanitária, do acobertamento de que se trata de um crime

de classe etc.

É preciso sim pôr em pé um Tribunal Popular, como organismo de mobilização de massa, de constituição da aliança operária e camponesa, de defesa do direito de armamento dos trabalhadores contra seus opressores, de luta pela expropriação do latifúndio sem indenização e, portanto, de punição aos crimes da burguesia e seus governantes contra os camponeses e operários (lembremos da CSN etc.).

A direção política do movimento social está com os reformistas, clericais e burocratas sindicais. Está aí a fraqueza dos explorados frente à repressão e ao genocídio burguês. Com tal direção não lhes é possível alcançar a coesão revolucionária, forjar a aliança operária e camponesa e criar as condições para a autodefesa. É por isso que rejeitamos a teatralização dos "direitos humanos" e os julgamentos simbólicos dos algozes.

O MST deve se emancipar dessa direção política e levantar a bandeira de "pôr em pé um Tribunal Popular", saído do interior do movimento revolucionário dos explorados.

A reunião da Alca na Argentina e os protestos

Nos dias 6 e 7 de abril realizou-se, em Buenos Aires, a reunião dos Ministros de economia com o objetivo de preparar o encontro (de 20 a 22) dos Presidentes em Quebec (Canadá). Os Estados Unidos pressionavam os governos da América, com exceção de Cuba, a aceitarem a antecipação das negociações de implantação da Alca. Desde 1994, o governo norte-americano acirra a chamada "integração" das Américas, com a imposição do Nafta, envolvendo o Canadá e o México. As conseqüências para o México foram extremamente duras: ampliou o déficit comercial com os EUA em quase 18,6 bilhões de dólares, aumentou a miséria (cresceu em um milhão de mexicanos que sobrevivem com três dólares por dia), a riqueza petrolífera está hipotecada pelo governo ianque etc. O Canadá se encontra inteiramente dependente,

pois de 70% a 80% de suas importações vêm dos Estados Unidos e 40% das exportações se destinam para a potência norte-americana. Agora o imperialismo necessita ir além do Nafta e, para isso, dita as normas para o início do funcionamento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por cima das fronteiras nacionais, para englobar do Alaska à Patagônia.

Da reunião em Quebec sairão documentos políticos fazendo referências à preservação da democracia, direitos humanos, meio ambiente, combate ao tráfico de drogas, à corrupção etc. Por detrás do palavreado humanista está o intervencionismo dos Estados Unidos sobre às nações capitalistas atrasadas. Está o Plano Colômbia, o Plano Cobra (Brasil), ou seja, a ação militar imperialista. Está, também, o aumento do saque das econo-

mias nacionais e maior poderio econômico e político às multinacionais, ao capital monopolista. A exemplo do capítulo 11 do Nafta (presente no Alca) que atribui poderes às empresas multinacionais de processarem os governos (semicoloniais), nos casos de greve e todas aqueles que implicarem em diminuição de lucros. Exige que os Estados semicoloniais dêem total proteção e liberdade ao capital imperialista. Trata-se da eliminação por completo da soberania nacional. A América da Alca será a dos Estados Unidos.

Manifestações contra a Alca na Argentina

As Centrais sindicais compareceram divididas. Na Praça Maio, a CGT realizou um ato com milhares de ope-

rários e condutores. Sob a bandeira “Não a Alca” e denunciando a submissão do governo De la Rúa, a burocracia sindical fez discursos inflamados depois de desmarcar a greve geral. Em frente ao Congresso, a CTA reuniu também milhares de trabalhadores, estudantes e os partidos de esquerda para a marcha até o hotel onde estava ocorrendo a reunião dos Ministros de economia. A burocracia sindical da CTA pretendia fazer uma marcha pacífica. Preparou o palanque, onde finalizaria, uma quadra antes do luxuoso hotel, na tentativa de evitar que os manifestantes se aproximassem do local cercado pela tropa de choque. Bastou avançar um passo além do limite “permitido” para que os policiais agissem violentamente contra as massas.

As manifestações do dia 6 de abril não estiveram sob a consigna de rompimento com o imperialismo, de defesa do salário, emprego e da estratégia da revolução social. As manifestações não foram canalizadas para a organização da greve geral unitária contra os planos imperialistas de saque aos países semicoloniais. A burocracia sindical com o palavreado de uma “América mais humana, mais igualitária, por uma outra integração etc” não foi capaz de dar uma perspectiva combativa aos milhares de trabalhadores que participaram das manifestações.

A participação do Partido Operário Revolucionário (POR-Massas)

O POR esteve presente com o manifesto “Alca: um único comando imperialista para a América. Pôr em pé a frente única antiimperialista, sob o programa e direção do proletariado”. Os pontos essenciais do manifesto: 1) A Alca é uma criatura do imperialismo. Corresponde aos interesses das multinacionais e do capital financeiro internacional. Trata-se da imposição do poderoso capital concentrado e centralizado nas mãos da burguesia imperialista sobre os países semicoloniais; 2) As burguesias semicoloniais se submetem a Alca. Depois de aplicarem disciplinadamente os violentos planos econômicos, mostram-se incapazes de defender o mais elementar da soberania

e dos interesses do capitalismo atrasado; 3) É preciso rechaçar o reformismo pequeno-burguês de reformar o capitalismo, sob o domínio imperialista; 4) Pôr em pé a frente única antiimperialista. A luta contra a Alca é antiimperialista. Daí o combate por uma plataforma antiimperialista capaz de unificar o proletariado, campesinato e classe média arruinada, sob o método da luta de classe; 4) A estratégia que se contrapõe a Alca é a dos Estados Unidos Socialistas da América. Contrapondo as bandeiras do reformismo, o POR defendeu a revolução proletária e a implantação do socialismo.

Quebec: mais um passo em favor do capital imperialista

O governo e políticos oficialistas exaltaram o resultado da reunião de Buenos Aires, considerando que a data de 2005 foi fruto da resistência do Brasil. O fundamental permaneceu obscurecido. Os governos latino-americanos se ajoelharam diante das pressões do abutre internacional.

Não há fração da burguesia que não saiba o significado econômico, social e político de colocar o continente sob o intervencionismo direto da potência norte-americana. Desde há muito, o continente foi denominado “quintal dos Estados Unidos”, segundo a própria Doutrina de Monroe. Entretanto, o que muda na presente situação é que os Estados Unidos, representando o império das multinacionais, passam a comandar diretamente os Estados nacionais. Trata-se da necessidade de aumentar a centralização e concentração da economia nas mãos de um punhado de monopólios.

O estreitamento do mercado mundial, a crise de superprodução, a guerra comercial e o agigantamento do capital financeiro parasitário obrigam o imperialismo a explorar mais fundo os países de capitalismo atrasado (semicoloniais). A bandeira de livre comércio serve apenas aos interesses da metrópole. Não há livre comércio no estágio último do capitalismo monopolista. A produção, o comércio mundial e a alta tecnologia são controlados totalmente pelo G7.

Não passa de propaganda pró-imperialista e de servilismo semicolonial a avaliação de que o problema

do atraso da América Latina se deve ao protecionismo. Ao contrário, o total rebaixamento das fronteiras nacionais e a transferência de poderes do Estado para o comando centralizado do capital metropolitano implicarão em maior saque e atraso. Os dez anos de aplicação do plano de desestatização, abertura de mercados, rebaixamento salarial, desemprego, cortes nos serviços públicos, “flexibilização” trabalhista etc não fizeram senão desnacionalizar, impulsionar a economia informal, aumentar o endividamento, fechar fábricas, destinar subsídios às multinacionais, provocar maiores desequilíbrios da balança comercial e aumentar a miséria do povo.

Esgotado esse processo de violenta expropriação, o imperialismo exige ir às últimas consequências com a liberdade total para o capital multinacional atuar por cima das fronteiras nacionais. Esse é o objetivo da 3ª Cúpula das Américas.

O proletariado deve assumir a luta antiimperialista

A luta antiimperialista depende da classe operária assumir a liderança dessa mobilização, encabeçando um movimento nacional que, ao combater contra a opressão nacional, se chocará com a burguesia nativa e colocará a tomada do poder político, a revolução social (luta anticapitalista). Aqueles que pretendem realizar a luta contra o imperialismo sem a classe operária estão fadados a fracassar. Por mais combativos que sejam, é preciso compreender que o combate ao capitalismo passa pela luta operária, classe que está diretamente ligada à produção de mercadorias.

O fato do proletariado não estar presente nas mobilizações contra a Alca mostra que a burocracia sindical tem bloqueado sua ação revolucionária, e que as direções populares, estudantis, camponesas não têm uma política de unidade nacional dos oprimidos.

Assim, a luta antiimperialista consequente está ligada à construção de novas direções revolucionárias, que a realização sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, tendo como instrumento fundamental o partido revolucionário.

O salário mínimo não dá nem para comer

O salário mínimo deveria ser o necessário para uma família de 4 pessoas sobreviver. O que incluiria a cesta básica, moradia, transporte, vestuário, saúde, educação e despesas com a residência e pessoais. A burguesia e seu governo mal levam em conta a alimentação. Por isso, está fixado em R\$180,00. Menos de 100 dólares. É um dos valores mais baixos de sua história.

Quando foi implantado, na época de Getúlio Vargas -1940, se tivesse sido corrigido, estaria valendo hoje R\$593,82. Evidentemente, o salário mínimo nunca correspondeu as reais necessidades de uma família. Mas serve para demonstrar o quanto foi corroído. Outro exemplo, em 1957, chegou ao seu ponto máximo R\$743,04 (atualizado em Real), que também não mantinha a família trabalhadora. Porém, foi na década de 90 que o salário mínimo atingiu os valores mais baixos. Particularmente, sob o governo FHC, nunca ultrapassou os R\$200,00, sendo que em 1995 valia R\$148,60 e até abril de 2001, R\$151,00.

Isso comprova que a miséria do salário mínimo tem sido agravada com a implantação do Planos neoliberais, onde o arrocho salarial é uma das medidas. O argumento de que a elevação do salário mínimo quebra a Previdência, parte da economia nacional (fábricas menores fechariam por não poder pagar seu valor) e o Estado (pagamento dos funcionários públicos) indica que no capitalismo os trabalhadores não têm outro futuro senão a miséria. Se a burguesia e seu Estado não podem pagar o necessário para a existência dos trabalhadores, que morreram os burgueses e seu regime econômico

co e político. Os trabalhadores não podem mais arcar com o peso da desintegração do capitalismo. Estão errados aqueles operários que pensam que é melhor ganhar pouco mas ganhar do que enfrentar a classe patronal exigindo o salário mínimo vital.

Cesta básica do Dieese não corresponde às necessidades vitais

As estatísticas indicam que os trabalhadores que ganham os menores salários usam 35,41% somente com a alimentação e 23,52% com moradia. Tomando esses dados, o Dieese calculou, para o mês de março, que era preciso um salário de R\$1066,68. Ou seja, 7,1 vezes mais que o salário mínimo do governo (nesse mês de R\$151,00). E demonstrou que para alimentar uma família de 4 pessoas era necessário R\$124,76 em São Paulo, R\$ 95,46 em Natal, R\$ 93,24 em Fortaleza, R\$102,48 em Belém e R\$126,97 em Porto Alegre. Isso para demonstrar que o salário mínimo de FHC mal dá para comer.

Porém, a cesta básica do Dieese é composta de uma relação muito pequena de alimentos. A família calculada por esse organismo não pode comer mais que 6 Kg de carne ao mês e somente banana como fruta. Como se vê, trata-se de um cálculo mínimo de calorias para se manter e reproduzir. A cesta básica do Dieese mantém os trabalhadores comendo muito pouco.

O que é o salário mínimo vital

O cálculo do salário mínimo necessá-

rio do Dieese não permite o sustento da família trabalhadora. O POR tem insistido no salário mínimo vital e que os trabalhadores em assembleia façam e aprovelem os seus verdadeiros cálculos. Para materializar a reivindicação de salário mínimo vital (real), defendemos o valor de R\$2000,00, usando os seguintes dados:

Alimentação	650,20
habitação	470,40
transporte	272,40
saúde	163,60
educação	179,80
vestuário	157,48
artigos de residência	48,20
despesas pessoais	50,00
TOTAL	R\$2000,00

O salário mínimo vital é o que precisa uma família trabalhadora para satisfazer todas as necessidades de alimentação (carne, leite, ovos, verduras, frutas, cereais etc), vestuário (roupas e sapatos), transporte (transportes coletivos para ida ao trabalho, à escola e outros afazeres) saúde (remédios e produtos de higiene), educação (materiais escolares, jornais, livros e revistas) etc. É calculado de acordo com o aumento do custo de vida, isto é, de acordo com a soma dos preços das mercadorias necessárias para poder viver. Trata-se da defesa da vida das massas oprimidas. A diminuição de seu valor significa defender a superexploração do trabalho e se colocar contra a vida dos operários, camponeses e demais oprimidos.

Professores estaduais paralisam suas atividades em Icó

No dia 6 de abril, a Corrente Proletária na Educação (POR) e independentes organizaram a paralisação no município de Icó (Ceará), aproveitando o chamado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) de manifestações em todos os Estados.

Professores, pais e alunos saíram às ruas e bloquearam a avenida principal. As reivindicações centrais se contrapõem à reforma educacional do governo, que têm com



objetivo da municipalização do ensino fundamental, a privatização do ensino superior e parte do ensino médio. Levantando as bandeiras de denúncia contra os baixos salários e exigindo reposição salarial, os manifestantes combateram a política de destruição do ensino público do governo FHC e Tasso Neto Nunes. Contrapondo as medidas privatistas, defenderam a escola pública, única, laica, autônoma e vinculada à produção social.

Material distribuído pela Corrente Proletária Estudantil na manifestação de 28/03:

Nada de se arrastar por trás da CPI de ACM. Tribunais Populares para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta

A UNE convocou o dia nacional de luta dos estudantes tendo como principal bandeira a instalação da CPI da corrupção. De onde surgiu a proposta da CPI na situação atual? De Antônio Carlos Magalhães (ACM), senador do PFL, que pretende utilizá-la como meio de chantagem e barganha nas disputas com os outros bandos capitalistas no interior do governo FHC por mais cargos e pelo controle do orçamento público, ministérios etc.

Com o apoio de ACM, os partidos de oposição julgam que é possível a instalação da CPI e pretendem utilizá-la para desgastar eleitoralmente o governo FHC, com vistas a fortalecer a candidatura oposicionista de Lula nas eleições de 2002. A política de pressão pela CPI da corrupção foi imediatamente incorporada pela maioria das correntes e partidos de esquerda como a questão central na situação.

Os estudantes, trabalhadores, sem-terra e movimentos populares não devem seguir essa política. Em primeiro lugar porque é distracionista, desvia a atenção das massas da luta pelas reivindicações mais sentidas para a disputa parlamentar e institucional. As massas devem é confiar em suas próprias forças, na mobilização e ação independente e contrária aos opressores, e não depositar esperanças de que um governo eleito fará alguma coisa por elas em 2003. Em segundo lugar, porque a política de apoio à CPI leva à submissão dos movimentos aos bandos capitalistas que, no fundo, disputam quem poderá levar mais vantagem oprimindo as massas. Tão logo os agentes do capital tenham se acertado entre si, se voltarão unidos contra as massas para aumentar a exploração. Em terceiro lugar, porque as CPIs são instrumentos de enganação das massas e palco das disputas dos exploradores, não apurarão de verdade os crimes da bur-

guesia corrupta. Nas CPIs, os parlamentares negociam, chantageam, e no final, depois de tudo acertado entre eles, dão atestados de honestidade aos maiores bandidos do país. A burguesia apresenta a CPI como instrumento de moralização de seu parlamento corrupto, enganando os oprimidos. Alimentar as ilusões na CPI é ajudar a burguesia a enganar as massas.

Ao contrário do que a maioria das direções estudantis defende, a forma de julgar e punir o governo FHC é com a mobilização independente das massas. Ao invés das CPIs fajutas, construímos tribunais populares, com representantes eleitos nas assembleias e plenárias de base em todas as categorias e setores da população oprimida. O julgamento da burguesia e sua punição poderá então ser decidido e cumprido pelos trabalhadores, estudantes e sem-terras mobilizados contra os exploradores, nunca junto deles.

Ao invés de desviar a atenção para a pressão por uma CPI da corrupção que todos sabem não dará em nada (apenas em alguns votos a mais em 2002), o correto é defender a luta direta e independente dos trabalhadores, estudantes e sem-terras por nossas reivindicações, nacionalmente e de forma unitária. Colocar em pé esse movimento é o caminho para combater agora (não esperar até 2003) e de verdade o governo FHC e seu plano antinacional e antipopular.

Chamamos os trabalhadores, estudantes e sem-terras a rejeitarem a política de conciliação com os opressores, de pressão pela CPI da corrupção, e se tomarem a tarefa de resolver os problemas pelas próprias mãos, o que constituirá um movimento antiimperialista e anticapitalista e avançará rumo à revolução social (socialismo), onde poderemos extirpar de vez a corrupção, que é parte integrante do Estado capitalista.

Manifestações de abril

Estão sendo convocadas manifestações nos dias 6 e 20 de abril para impedir a realização de reuniões dos governos das Américas para a negociação da implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). As reuniões serão na Argentina (Buenos Aires) e no Canadá (Quebec). A proposta de um protesto contra a implantação da ALCA é progressiva, mas insuficiente. Essas manifestações baseiam-se no movimento estudantil, autoproclamam-se "apartidárias" e não se lançam a chamar o movimento operário para a luta. O proletariado está à margem desse processo pela imposição da paralisia por parte das direções burocráticas de suas organizações de massa. Sem ter o proletariado à cabeça, por seu papel em relação à produção de mercadorias, não é possível ser conseqüente no antiimperialismo. O apartidarismo esconde na verdade uma política reformista, porque pretende calar os pequenos partidos enquanto os grandes, vinculados ao poder econômico, têm à sua disposição os meios de comunicação o tempo todo, e as pequenas correntes dependem da intervenção no movimento para poderem falar às massas. Um movimento autenticamente anticapitalista deve se basear na democracia operária, que permite a liberdade de expressão e manifestação de todas as correntes, e organiza a militância revolucionária ao redor do programa político do proletariado, ou seja, do partido revolucionário.

Trata-se sim de pôr em pé a frente única antiimperialista, encabeçada pelo proletariado, para travar a luta pela derrubada integral do plano ditado pelas potências e aplicado pela burguesia submissa.

Demagogia do PSDB: “família na escola”

O governo vem implantando a privatização da escola pública. A transferência de responsabilidade do ensino fundamental para os municípios falidos, a ampliação das parcerias com empresas privadas, a criação do “trabalho voluntário” (“Amigos da escola”), as frentes de trabalho para substituir o funcionário contratado, o aumento dos professores eventuais (ganham por aula ministrada - sem nenhum vínculo empregatício), o crescimento do número de tele-salas (Telecurso 2000), o congelamento salarial de mais de 6 anos, as avaliações de desempenho dos alunos e professores (Saesp, Saeb, Enem, provão etc), as classes de aceleração, aprovação automática, demissões e fechamento de escolas são algumas medidas dessa reforma educacional acordada entre FHC/governadores e FMI/Banco Mundial.

Os resultados estão a olhos vistos. Nada de melhoria de qualidade como afirma o governo. A municipalização

trouxe desemprego, salas superlotadas e fechamento de escolas. A verba do Fundef foi parar nos bolsos dos políticos corruptos. A reformulação do ensino médio está a serviço da privatização de parte dele. A situação das escolas e as condições de trabalho estão cada vez mais precárias. Uma parte dos adolescentes tem sido arrastada para o consumo de drogas e a violência policial contra os estudantes tem se agravado.

Essa radiografia não é estranha aos pais (a família). Esta sente na pele a destruição da educação e sua total desvinculação com a produção social. Os alunos vão à escola e o que aprendem nada tem a ver com o trabalho ou conhecimento. Cada vez mais o ensino se torna repetitivo, causando desinteresse por parte da juventude. O ensino não serve para inserir os jovens na produção. O professor é visto ora como “chato” (porque repete sem parar as mesmas coisas) ora como repressor (pune os que não cumprem as

lições).

Os educadores, pais e alunos mais conscientes devem estar juntos na luta contra o fim da escola pública. A defesa da educação gratuita em todos os níveis, a estatização da totalidade do sistema de ensino (fim da rede privada) e a luta pela vinculação da escola à produção social são reivindicações que se chocam com as medidas governamentais. A formação dos comitês de bairro e a construção dos verdadeiros conselhos de escola (democráticos e eleitos em assembleias -sem nenhuma interferência do Estado e de seus braços (secretaria da educação, diretores, supervisores, diretorias de ensino etc) são nossas tarefas urgentes.

Total controle das escolas pelos trabalhadores da educação, pais e alunos!

Chega de demagogia! Fim da reforma privatista de ensino

Escola pública, gratuita, laica, autônoma e vinculada à produção social!

Dia 6: fracassa a política da burocracia de atos isolados

No dia 6/4, dia nacional de luta, convocado pela CNTE, os professores não compareceram aos atos chamados pela diretoria da Apeoesp. As condições objetivas de paralisação das escolas estão mais do que dadas (arrocho salarial, desemprego, péssimas condições de trabalho etc). Porém, de um lado, a classe foi duramente atingida pelas medidas governamentais e os efeitos da última greve ainda não foram superados e, de outro, não vê perspectiva de conquista imediata das reivindicações. Há desconfiança em relação à política da diretoria.

A política de atos por região tem enfraquecido a resistência coletiva da classe. Facilita a ofensiva do governo contra o ensino público. A burocracia da Apeoesp acaba por ajudar a ação governamental, porque se opõe à convocação de assembleias para que os professores possam discutir e votar os métodos de luta. O fato de decidir os

rumos do movimento por cima da classe contribui para despolitização e gera apatia, descrédito etc.

Os resultados dos atos, das caravanas à Brasília, dos abaixo-assinados etc estão mais do que provados: nada é conseguido. A burocracia sindical usa esse método como forma de barganhar algumas vantagens com o governo. É claro que se trata de uma relação de força. Se o sindicato não consegue mobilizar a classe, o governo nem recebe a direção para ouvir as reivindicações. O problema está em que a direção da Apeoesp exerce a política do reformismo petista: não se chocar diretamente contra a reforma educacional do governo.

A direção política da CNTE é a mesma da Apeoesp. O chamado do dia 6 não tinha como objetivo unificar as lutas dos Estados, no sentido de organizar a greve nacional da educação contra a reforma educacional privatista.

Alguns Estados realizaram assembleias, fizeram paralisação de um dia nas escolas e enviaram professores para o ato em Brasília. Em São Paulo, os poucos atos por região ou município foram esvaziados.

A Corrente Proletária na Educação tem combatido a política reformista da direção da Apeoesp/CNTE. Tem denunciado o papel da burocracia de colaboração com o governo. Critica a conduta da diretoria de transformar a Apeoesp (organismo dos trabalhadores) no chamado “sindicato-empresa” (assistencialismo). Defende os métodos de luta próprios dos trabalhadores (mobilização direta) para derrotar a ofensiva do governo. E chama os professores a construir a fração revolucionária (oposição) para combater as medidas governamentais e a burocracia sindical conciliadora.

Funcionários da Educação

AFUSE - A diretoria quer transformar o sindicato em empresa

O que entendemos por sindicato? Que deve lutar (ou reivindicar) melhorias salariais, melhorias nas condições de trabalho e organizar os trabalhadores em comissões, assembléias gerais e regionais para debater e buscar formas de luta para diminuir a extrema exploração do trabalho, implementada pelos patrões ou no caso do funcionalismo público pelo governo. A luta pelo salário e emprego hoje significa enfrentar com a ação direta os ataques. Estes princípios nortearam a existência dos Sindicatos na sua formação.

Será que hoje estes princípios básicos sindicais norteiam a política da AFUSE?

Nós que militamos e trabalhamos na educação pública, que somos funcioná-

rios da educação (secretários, agente de organização escolar, etc.), podemos afirmar que não.

A primeira reunião do RE/CR do ano demonstrou o total apego desta diretoria em substituir a forma de atuação sindical (que deveria ser a de discutir as reivindicações básicas dos trabalhadores) pela discussão da colônia de férias, com reuniões inteiras para se definirem critérios e organização de excursões. Agora, inventam o banco de créditos (um desconto a mais nos minguados salários), cooperativas da casa própria e quando o governo regulamentar o banco da previdência privada. Aí está um exemplo do sindicato que vira empresa privada. Que sobre os salários só reivin-

dica migalhas e colabora com o governo no que puder, deixando de lado a classe.

Se a categoria coloca seu descontentamento com os descontos nos holeriths, a diretoria diz que: tudo foi decidido pelo voto da maioria. O que os traidores não podem dizer é que a maioria são apenas 100 ou 200 conselheiros regionais, em sua maioria diretores regionais corrompidos, que não se dão ao luxo de se quer comunicar aos trabalhadores o que vão votar.

A direção da AFUSE aplica a política da corrente Articulação (PT). Não coloca o sindicato a serviço da organização e da mobilização dos funcionários contra o arrocho e a superexploração do trabalho.

Fora a polícia das escolas!

O governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) disse que irá combater o tráfico de drogas nas escolas. Para isso colocará mais 2 mil policiais civis e militares. Com o discurso de que "é preciso impedir a ação dos criminosos e colocá-los cada vez mais na cadeia", o governador ampliará a repressão policial nas escolas.

Ao invés de contratar funcionários, aumentar os salários dos trabalhadores em educação, oferecer melhores condições de ensino, o PSDB enche as escolas de policiais. Ao invés de inserir a juventude no mercado de trabalho, meio período na escola e meio no trabalho, Alckmin coloca a polícia para reprimir

os estudantes.

Os estudantes devem rechaçar a presença do aparato policial nas escolas. E exigir escola pública e gratuita em todos os níveis e emprego para toda juventude.

Lenin e Krupskaja

“Minha Vida Com Lenin”

O título acima trata-se de uma obra escrita pela militante bolchevique e mulher de Vladimir Ilich Lenin, Nadezda Krupskaya, que narra aspectos da trajetória da militância de Lenin, de 1893 a 1917. Transcrevemos um dos ensinamentos.

(...) “Vladimir Ilich se interessava em cada detalhe, ainda que mínimo, da vida dos operários e se empenhava em juntar todos os pequenos fatos para obter uma vista de conjunto da vida operária e descobrir assim o ponto pelo qual a propaganda revolucionária poderia penetrar.

Os intelectuais, nessa época, conheciam pouco o trabalhador. A “inteligentzia” se conformava em ir aos grupos e ler para os operários uma espécie de curso. Os grupos estiveram muito tempo ocupados em dissertar sobre uma tradução manuscrita do livro de Engels sobre a origem da família, da propriedade privada e do Estado.

Vladimir Ilich lia para os operários “O Capital”, de Marx, e o comentava, mas em seguida perguntava-lhes sobre suas condições de vida e de trabalho, expunha as relações existentes entre eles e os setores da sociedade, indicava-lhes

como seria possível transformar a ordem vigente. Ensina a teoria e a prática - eis em que consistia o trabalho de Vladimir Ilich nos grupos.

Pouco a pouco, outros membros de nossa organização seguiram o método. Quando, no ano seguinte, apareceu em Vilna um folheto manuscrito, intitulado “Da Agitação”, tínhamos já decidido preparar a agitação por intermédio da propaganda; não nos faltava senão atuar. O método de agitação baseado nas necessidades cotidianas se generalizou em nosso partido. (...)

Vila Nova Real

Como age o PT contra a organização dos trabalhadores

Bastou que começássemos a organizar os moradores de Vila Nova Real contra o despejo previsto pela Prefeitura de São Paulo para que os burocratas petistas trabalhassem por baixo para desorganizar o trabalho de resistência. Passaram a enviar seus agentes à reunião do Comitê de Defesa da Moradia para implodir as decisões.

Depois das reuniões, essas pessoas convenciam as principais lideranças que o melhor era sair pacificamente, aceitando a proposta de transferência para outra área (Perus), com a promes-

sa de vir a ter não se sabe quando um apartamento popular.

Assim, conseguiram primeiramente desmarcar uma passeata; em seguida sabotaram a realização de uma assembléia.

Não faltou o método da intimidação e da corrupção. Para uma da lideranças se alertou que poderia perder o emprego porque era funcionária pública, que poderia ser presa etc; para outra, ofereceu-se o cargo remunerado de "agente comunitário".

Os burocratas petistas - que se di-

zem socialistas - se aproveitam da despolitização e da situação de pobreza dos moradores para quebrar a resistência por dentro. Estão colocando a corda em seus pescoços.

Mas existem aqueles trabalhadores que não se deixam enganar e que poderão reorganizar o Comitê, voltar a convocar as assembléias e marchar contra a Prefeitura do PT, que é a Prefeitura dos ricos, dos poderosos e gananciosos burgueses.

Publicamos abaixo uma carta do Comitê de Defesa da Moradia

CARTA ABERTA À COMUNIDADE DE VILA NOVA REAL

O Comitê de Defesa da Moradia vem através desta informar sobre os últimos acontecimentos em decorrência de nossa luta pela moradia.

Eis o que a Prefeitura propôs como solução para nossos problemas:

- Que devemos abandonar nossas casas em 30 ou 40 dias;
- Que em 03 meses, após nossa saída para os alojamentos, serão construídas novas casas para nós;
- Ou que nós aceitemos R\$ 2.000,00 da Prefeitura como indenização para sairmos;
- Saiu no Diário Popular que o PT despejará as primeiras 200 famílias brevemente, alegando que se encontram em situação de risco;
- Que essa terra está sendo cobiçada por uma Imobiliária (conforme o artigo do Diário Popular) etc...
- Nossa resposta a essa violência contra os moradores da Vila Nova Real por parte do governo do PT, é que:
- As ameaças de despejo do PT, para nos pressionar, mostra que qual-

quer Partido Político que venha dirigir o Estado burguês irá agir contra as massas - nós que somos os trabalhadores, que produzimos as riquezas, e eles tiram até nossa moradia;

- Se eles podem, como prometeram, construir novas casas em 03 meses, pois que o façam. Mas nos deixem aqui até as casas ficarem prontas. É a garantia que não vamos ficar na rua, abandonados;
- Essa migalha que a Prefeitura nos oferece como esmola nos mostra a política reacionária do PT e que eles ainda temem nossa força unida;
- Isso de dizer que só sairão as 200 famílias em risco de desabamento é uma mentira. O PT usa o método burguês: Divide e Impera. Ou seja, divide os trabalhadores para enfraquecer a luta. Nós não devemos apoiar de forma alguma a saída de nem um morador da vila;
- Há 05 meses atrás esse mesmo PT nos levou para frente da prefeitura do Pitta, para conseguirmos a le-

galização da terra a nosso favor. Agora a administração do PT parece que se esqueceu da gente e prioriza um projeto pela preservação da Cantareira apoiado por uma imobiliária. Parece que só nós incomodamos a Cantareira, pois a região está cheia de casas dos burgueses construídas nos altos das colinas e não oferecem nenhum risco para eles.

Nós moradores da Vila Nova Real devemos resistir contra tudo isso. Mas devemos usar os métodos corretos da Luta de Classe: Vamos organizar manifestações pela região, nas avenidas, faróis etc; Organizar um novo protesto em frente à prefeitura, com faixas, cartazes etc. E o mais importante, preparar bem todos os moradores da Vila para que superem suas ilusões na política burguesa do Estado, através de reuniões, encontros etc.

São Paulo, Abril de 2001

Ass. Comitê de Defesa pela Moradia - Vila Nova Real

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

PARTE VIII: A consolidação do sindicalismo oficial ou corporativista

Após a vitória da fração da oligarquia ligada à Getúlio Vargas, com a chamada "Revolução" de 30 é imposto o sindicalismo oficial ou corporativista, como forma de reagir ao avanço da luta de classes alcançado nas décadas anteriores. Nos primeiros anos da década de 30, o número de sindicatos oficiais cresceu vertiginosamente. Em 1933, havia 185 mil sindicatos orientados pelo ideário do Estado fascista de Vargas e, em 1939, já havia 352 mil.

Para concretizar esse objetivo, a burguesia contou com a debilidade das direções sindicais de orientação stalinista e anarquista. Ou seja, contou com a imaturidade da vanguarda que se adaptou ao estalinismo e o retrocesso internacional imposto por essa mesma linha. A tática de atuação adotada pelo PCB (stalinista) nos sindicatos oficiais era a de disputar as eleições adaptando-se ao sindicalismo corporativista. Entendia que essa era a forma de levar a classe trabalhadora a romper com as imposições organizativas deste tipo de sindicalismo.

O levante de 1935

O levante de 1935 foi uma tentativa de insurreição ocorrida no final de novembro de 1935, que revelou o aventureirismo estalinista. Foi organizada a partir de uma deliberação do VII Congresso da Internacional Comunista (agosto de 1935), que defendia a formação de frente popular e de insurreição no Brasil. A avaliação das condições para a insurreição se mostrou errada, subjetiva, e o método militarista da quartelada estranho ao do proletariado. Esta insurreição teve início em 29 de novembro deste ano na cidade de Natal, onde sub-oficiais do 21º Batalhão de Caçadores, com o apoio da Guarda Civil e de setores populares, tomaram o poder na cidade; constituindo um Governo Popular Revolucionário (composto por um sapateiro, um sargento, um estudante e dois funcionários), que expropriou os fundos da agência local do Banco do Brasil e distribuiu o dinheiro à população e que também declarou os transportes gratuitos. Durou apenas 5 dias, quando as tropas do governo chegaram e esmagaram a rebelião.

Logo depois houve quarteladas em Recife e no Rio de Janeiro, tendo o mesmo desfecho. Outras unidades do exército com que contava o movimento não aderiram e a greve geral preparada pelo PCB não chegou a realizar-se. O governo aproveitou para desfechar uma brutal repressão: 20 mil pessoas foram presas; muitos foram torturados pela polícia de Vargas; foi decretado pelo Congresso estado de sítio em todo o território nacional por um mês.

O levante estava marcado por uma série de erros do ponto de vista da política revolucionária marxista. Estava respaldada em uma aliança frentepopulista, Aliança Nacional Libertadora, que incluía o nacionalismo burguês, demonstrando que os princípios revolucionários de expropriação geral dos meios de produção da burguesia brasileira e a implantação da ditadura do proletariado já estavam comprometidos. Não conseguiu organizar a aliança operário e camponesa. Não conseguiu organizar a classe operária e os demais trabalhadores oprimidos, pois sua tática de atuação nos sindicatos oficiais não conseguiu nem mesmo garantir a greve geral chamada pelo partido, que dirá fazê-la tomar proporções insurreicionais.

Assim, a repressão desmantela o PCB e coloca as tendências de esquerda na clandestinidade. Os trabalhadores ficam à mercê das manipulações do Estado burguês. A "Intentona" foi o motivo que a burguesia precisava para que o Estado assumisse de vez o controle do movimento operário e introduzisse a ditadura aberta de classe.

A consolidação do sindicalismo oficial

Leis, decretos e órgãos oficiais trabalhistas criados pelo Estado Novo com a finalidade de consolidar sua intervenção no movimento operário para conter a luta de classes:

- "1937: Decretação da Lei de Greve, que colocava na ilegalidade quase todo tipo de movimento grevista;

- "1939: Criação da Justiça do Trabalho, que sob a aparência de neutralidade, busca mediar, isto é, amortecer os conflitos entre patrões e operários; criando a ilusão na conciliação de classe.
- "1940: Criação do Imposto Sindical, onde um dia de salário é descontado anualmente de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não. Este dinheiro era revertido para o funcionamento dos sindicatos, federações e confederações. Esta medida inundou os sindicatos oficiais de dinheiro, obrigando-os em contrapartida a desenvolver uma política assistencialista (dar assistência médica, dentária, jurídica aos associados), permitindo a corrupção, a burocratização e o acomodamento dos dirigentes sindicais;
- "1940: Decretação do salário mínimo. Pela nova lei, passava a existir um critério único, determinado pelo governo, de quais seriam as necessidades básicas e mínimas dos trabalhadores;
- "1943: Promulgação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Significou o golpe de misericórdia no movimento operário, que passou a ser controlado por leis definidas pelos próprios patrões.

Com a consolidação do sindicalismo corporativista a burguesia alcança seu objetivo de controlar e explorar ainda mais os operários e demais trabalhadores. As direções sindicais, por outro lado, rezam pela cartilha do Estado burguês e contribuem para a amortização da luta de classes no seio do movimento operário, interessadas em manter os privilégios criados pelo Estado. Diante da crise do capitalismo, iniciada no final do século XIX, a burguesia, para se manter como classe dominante, necessita cada vez mais da ajuda do Estado burguês para reprimir o movimento operário e controlar suas organizações sindicais. Para conter o acirramento da luta de classes, causado pelo agravamento das condições materiais de existência, precisa criar uma camada privilegiada no seio do movimento operário: a aristocracia operária.

Lições das Obras Completas de Guillermo Lora (2ª parte)

Esta é a segunda parte de um texto escrito em 1994, onde Guillermo Lora expõem as razões de por que publicar as Obras Completas. Neste trecho expõem a luta do partido-programa contra o nacionalismo burguês.

O excepcional Caminho Percorrido pelo Partido Operário Revolucionário

O marxismo-leninismo-trotskista boliviano realizou tarefas surpreendentes para os observadores daqui e de fora do país. Os caminhos percorridos marcam as profundas transformações que se deram ao longo da história dos explorados e oprimidos da Bolívia.

abA penetração no seio das massas com a ajuda das *"Teses de Pulacayo"*, um documento que parte do *"Programa de Transição da Quarta Internacional"* e que define as questões de caracterização do país e da estratégia da luta revolucionária, permitiu que o Partido Operário Revolucionário penetrasse profundamente no seio dos explorados e oprimidos e começasse o processo de trotskização do país.

Pelo que sabemos, é a primeira vez no mundo que se consegue que o programa ideológico do movimento de massas seja uma versão do Programa da Quarta Internacional. As Teses de Pulacayo têm outra significação: desde 1946, permanecem como guia, como direção das massas, que se radicalizam e ganham as ruas para lutar contra a opressão capitalista e imperialista, e também na busca de melhorias das condições de vida e trabalho. Às vezes o POR aparece debilitado na ação diária, quase sempre por erros táticos e organizativos que são cometidos, mas a tendência revolucionária trotskista permanece como força vigente. Os governos capitalistas vêm-se obrigados a se lançar contra a ameaça porista e a colocar a urgência de despolitizar as massas. Tudo isto se repete quando escrevemos estas linhas. Goni está desesperado para descobrir um meio (talvez através da Lei de Reforma Educativa) que lhe permita emudecer as massas constantemente subvertidas. Tudo isto pode ser explicado pela permanência no cenário político do Partido

Operário Revolucionário, que se projeta como um gigante imbatível.

abO nacionalismo de conteúdo burguês, do qual o MNR é sua expressão mais importante, constitui no país atrasado (e isto é que a Bolívia é) a tendência mais importante e que deixou sua incapacidade em todo processo político. Tomar uma posição clara frente ao nacionalismo se converte numa obrigação irrecusável. Em outros lugares, é o estalinismo que assume este papel.

O POR, expressão política revolucionária do proletariado, assinalou a natureza do movimentismo, no momento de maior poderio desta corrente, e prognosticou que esta estava fadada a se converter num instrumento nas mãos do imperialismo e que seria utilizada contra o próprio proletariado boliviano. Em outras palavras, o fracasso do esquema de desenvolvimento global e independente da economia nos marcos do imperialismo – este foi o conteúdo da política do MNR – pôs em evidência a falência da proposta movimentista e ratificou a justeza da conclusão trotskista no sentido de afirmar que o país já estava vivendo sua experiência capitalista, sob a forma do atraso e da economia combinada.

Também temos de levar em consideração que o trotskismo explicou na ocasião, as razões que impulsionaram o governo de Villarroel e Paz Estensoro a coadjuvar a organização dos trabalhadores mineiros na Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) – buscando apoio político contra o bloco formado pela rosca e pelo estalinismo – e assinalou que assim que o proletariado começasse a caminhar com seus próprios pés, a conquistar sua independência de classe frente a todas as manifestações dos donos dos poderes econômico e político, pressionaria os donos do governo para que caíssem na trincheira imperialista, única forma de pôr a salvo a grande propriedade privada burguesa frente à crescente ameaça dos tra-

balhadores assalariados. No terreno dos fatos, comprovamos que os nacionalistas que começaram levantando a bandeira da libertação nacional, concluíram de joelhos diante do imperialismo. O prognóstico foi ratificado plenamente pelo desenvolvimento histórico. O partido de conteúdo capitalista acabou convertido em burguês empresarial. Os que em 1952 combateram Patiño – o rei do estanho – , concluem em nossos dias convertendo em chefe de seu partido o Patiño de hoje, o gringo Goni Patiño. Assim comprovamos o cumprimento da lei geral que rege o destino dos movimentos nacionalistas de conteúdo burguês e que foi assinalada de forma precisa por Trotsky. O proletariado – no nosso caso fundamentalmente o mineiro – constitui a força que empurra a classe dominante nativa, a sua expressão mais avançada, para a trincheira imperialista, para assim se converter na encarnação da anti-pátria. Foi o trotskismo, o POR, que impulsionou a independência de classe do proletariado, o desenvolvimento de sua consciência de classe e terminou encarnando-a. Aqui está a transcendência histórica deste Partido-programa, chamado Partido Operário Revolucionário.

abAo longo da história boliviana, o POR aparece como a direção das massas que lutam por elaborar seu próprio programa, sua estratégia própria, seus métodos de lutas específicos e opostos aos da classe dominante.

Podemos comprovar que o trotskismo dirigiu a marcha das massas contra os governos movimentistas e nacionalistas de direita (gorilas e fascizantes), sempre afirmando a independência dos explorados e oprimidos. O combate contra o nacionalismo de conteúdo burguês das mais diversas tendências foi levado adiante como expressão da política revolucionária do proletariado e de nenhuma forma como manifestações da política burguesa. Assim conciei reforçando a

luta de classe e repudiando o colaboracionismo e o reformismo dos mais variados matizes.

Em certos momentos, os adversários viam na atitude do trotskismo uma simples pose deliberadamente extremista e uma política de um radicalismo utópico e até absurdo, isto com relação a nossa conseqüente linha política até a conquista de nossa finalidade estratégica, até a revolução e ditadura proletárias.

O POR atuou neste processo convencido de que unicamente ganhando as massas para o programa revolucionário é possível concluir materializando a finalidade estratégica que o proletariado persegue e que esta é uma necessidade histórica para a sociedade.

Neste ponto surge a seguinte questão que as correntes não conseguem responder: Por que o trotskismo boliviano pôde desenvolver conseqüentemente a mesma finalidade política causando admiração de simpatizantes e opositores? Porque nasceu e se desenvolveu como partido-programa. Seu objetivo estratégico, expressão das leis que regem a vida da sociedade, lhe impediu sucumbir ante o exitismo conjuntural ou confundir-se, em meio das profundas oscilações da situação política, com a ampla gama de agrupamentos reformistas/oportunistas. O POR sempre procurou se diferenciar tanto do nacionalismo de conteúdo burguês como dos “esquerdistas” reformistas/revisionistas, estali-

nistas etc.

No início dos anos 70 – mais concretamente, no governo burguês do General Torres, que se esgotou no esforço por ganhar o apoio político das massas – o POR conseguiu fazer com que o Comando Político da COB e do Povo se transformasse na Assembléia Popular, órgão de poder, que colocou a dualidade de poderes. Desta forma assinalou-se o caminho que deve percorrer para a instauração do Governo Operário e Camponês (Ditadura do Proletariado)

No próximo número de Massas apresentaremos a terceira e última parte deste importante documento que tratará do problema da tática frentista do partido revolucionário.

EUA têm avião espião detido na China

Os espiões do mundo

Logo vimos que o conflito entre Estados Unidos e China, motivado pela queda do avião de caça chinês e aterrissagem forçada do avião EP-3E norte-americano na ilha de Hainan (território chinês), iria se abrandar e se transformar em jogo diplomático. É claro que ainda é cedo para se tirar conclusões taxativas, considerando que o governo chinês ainda mantém o EP-3E sob controle.

O governo Bush enviou pesares pela morte do piloto chinês e teve de volta seus 24 militares. Quanto à retenção do avião de espionagem, não havia outra saída para o governo da China, uma vez que os Estados Unidos foram responsáveis pela destruição do caça e da morte do piloto e, por outro lado, espionavam as atividades dos chineses. Aceitar o ultimato da Casa Branca para que entregasse imediatamente a tripulação e a aeronave, sem que houvesse qualquer inspeção, seria um gesto de servilismo da burocracia governamental frente ao imperialismo, que certamente colocaria os burocratas do Partido Comunista Chinês (de comunista já não tem mais nada) em posição de fraqueza perante a população.

É provável que Pequim dará algum tempo, fará manobras em torno do apoio norte-americano a Taiwan e usará a retórica contra a espionagem aérea.

Apesar do governo Bush procurar se distinguir de Clinton, caracterizando a China não como “parceira” mas adversária com quem se tem de negociar, a tendência principal é amenizar o choque e chegar a uma solução de bastidor. O mesmo pensa o governo Chinês, como demonstrou a rápida liberação dos militares.

Nada indica uma mudança imediata nos rumos das relações EUA-China, condicionadas pelo processo de restauração capitalista e pelas trocas comerciais. As multinacionais e o capital financeiro têm a China como uma mina de ouro, nas condições de estreitamento do mercado mundial sob o controle absoluto do imperialismo.

A implementação das reformas pró-capitalistas pelo PCC (Partido Comunista Chinês) tem sido motivo de amortecimento das contradições da China com o imperialismo, mas esta ainda carrega heranças da revolução proletária da época de Mao Tse Tung e conserva traços do nacionalismo. Não interessa ao imperialismo norte-americano e nem à burocracia restauracionista fazer uma brusca virada no curso restauracionista.

Mas o que é importante, então, nesse acontecimento militar-diplomático?

1) Os trabalhadores chineses e de todo mundo devem rechaçar o inter-

vencionismo imperialista; 2) Compreender que a burocracia restauracionista do PCC é incapaz de se contrapor às pressões do imperialismo; 3) Organizar por toda parte a luta antiimperialista e anticapitalista.

A crise mundial está obrigando as potências a realizarem uma ofensiva mais violenta contra os povos semicoloniais e disputarem os espaços ainda possíveis de exploração. A China é estratégica para os interesses do grande capital nas condições de estreitamento de mercados e especulação financeira. O nacionalismo chinês, embora restauracionista, atrapalha a expansão do imperialismo, que não admite qualquer traço de soberania ou de protecionismo semicolonial. Todos devem cair de joelhos perante as potências, tendo à frente os Estados Unidos, donos e espiões do mundo.

O proletariado tem o dever de levantar a bandeira do internacionalismo revolucionário, comunista. Defender as conquistas da Revolução de 1949 contra a restauração e o domínio imperialista. Tudo indica que as contradições entre a China e o imperialismo ganharão, no futuro próximo, dimensões revolucionárias. É necessário a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Manifesto ao 1º de maio

**Por um 1 de maio operário e camponês!
Por um 1 de maio antiimperialista e anticapitalista!**

**Por um 1 de maio internacionalista!
Para pôr abaixo o governo corrupto, antinacional e antipopular!**

Para pôr abaixo os partidos da burguesia!

Para varrer a burocracia sindical festiva!

Para pôr fim ao reformismo e à conciliação de classe!

Para rechaçar as ilusões na farsa das CPIs!

**Para defender os Tribunais Populares!
Em defesa de um salário mínimo vital de R\$ 2000,00!**

Em defesa da reposição de todas as perdas salariais!

Em defesa do emprego para todos!

Em defesa da entrega das terras aos camponeses!

Organizar a unidade dos trabalhadores sob a estratégia do governo operário e camponês!

A emancipação dos oprimidos virá com a revolução e ditadura proletárias!

Construir o Partido Operário Revolucionário!

Reconstruir a IV Internacional - Partido Mundial da Revolução Socialista!

Aliança Operária e Camponesa para enfrentar o governo e o imperialismo

Tem aumentado a fome e a miséria da maioria oprimida. O capitalismo apodrece mundialmente e descarrega sua crise sobre a classe operária, camponeses e classe média arruinada. O esmagamento salarial e o desemprego em massa é o que os capitalistas oferecem aos trabalhadores. Isso ocorre em todos os países, sem exceção. A tendência é de agravamento dessa situação.

O imperialismo, encabeçado pelos Estados Unidos, necessita ampliar o saque dos países semicoloniais. A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) representa esse objetivo. Os governos latino-americanos se mostram entreguistas. Têm transformado nosso continente em quintal das multinacionais e do capital financeiro internacional. Os dez anos de aplicação dos planos de reformas neoli-

berais devastaram a economia, trouxeram mais atraso e pobreza para as massas. Essa sangria não foi suficiente, para eles é necessário colocar os Estados e fronteiras nacionais diretamente sob o controle dos Estados Unidos e seus aliados imperialistas.

A classe operária é a força social capaz de enfrentar a política antinacional e combater a opressão imperialista. Sua capacidade revolucionária vem das fábricas, do lugar que ocupa nas relações de produção capitalista. Eis por que se o proletariado não se levantar organizadamente contra a estratégia do imperialismo, não há outro movimento que possa cumprir essa tarefa. O campesinato sofre terrível opressão, luta pela terra e enfrenta um princípio de guerra civil no campo. Desarmado, arca com sangue o combate antilatifundiário. Não há outra saída para os explorados do campo senão a aliança com o proletariado.

A união de operários e camponeses formará uma força poderosa contra o governo, a burguesia e seu Estado. E, por isso mesmo, tem no seu interior adversários disfarçados de amigos. Trata-se da burocracia sindical, tanto a chamada opositora que comanda a CUT quanto os governistas da Força Sindical. Essas direções têm submetido os sindicatos e as Centrais ao Estado e à democracia burguesa. Ajoelham diante do Parlamento e iludem os trabalhadores com o eleitoralismo. Aceitam a "demissão voluntária" e a "flexibilização" do trabalho. Negam-se a defender até mesmo as reivindicações mais elementares como o emprego para todos e reposição salarial. Trabalham contra a unidade operária e camponesa. Neutralizam as organizações operárias frente às reformas neoliberais e à ofensiva do imperialismo. Transformam os sindicatos e Centrais em empresas, instituições burguesas assistencialistas, fonte de corrupção, de carreirismo parlamentar e correia de transmissão dos interesses capitalistas.

O predomínio dessa direção no movimento operário constitui o maior obstáculo para avançar a luta de classe. É uma trava contra a tarefa de organizar um poderoso movimento antiimperialista e anticapitalista, em que o proletariado se destaca como dirigente da

maioria nacional oprimida. Como se vê, faz parte do programa operário o combate às direções conciliadoras, traidoras e contra-revolucionárias. Não se pode defender conseqüentemente as reivindicações mais elementares dos oprimidos sem enfrentar os inimigos internos.

O 1º de maio festivo, dirigido a reivindicar a farsa das CPIs e alheio às necessidades prementes dos que passam fome, mostra a face da direção pró-capitalista. Não se organiza os operários e camponeses para um 1º de maio de luta de classe, um 1º de maio que defenda um salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho, terra aos camponeses, expulsão do imperialismo. Não se organiza um 1º de maio sob a estratégia do governo operário e camponês. Não se convoca um 1º de maio para organizar uma frente única antiimperialista, sob a forma da aliança operária e camponesa. Não se responde à corrupção da burguesia com independência de classe, defendendo a constituição de um tribunal popular, saído das fábricas, do campo, das escolas. O que vemos é demagogia eleitoreira dos reformistas. O que vemos é um falso antiimperialismo, que pretende apenas humanizar a barbárie capitalista. O que vemos é o palavreado pequeno-burguês de transformar os miseráveis em cidadãos no seio do capitalismo.

É preciso rechaçar essa política antiooperária. Vivemos uma situação difícil para os trabalhadores. Mas no mundo todo despontam movimentos de resistência. O aparato da burocracia sindical não tem como evitar que o instinto revolucionário do proletário se manifeste contra os ataques da burguesia. É preciso que a militância marxista-leninista-trotskista e a jovem vanguarda que nasce das lutas defendam o método da ação direta e a organizem.

Nossa tarefa: constituir uma frente única antiimperialista, baseada em comitês de base e no programa revolucionário. Trabalhar pela convocação das assembleias sindicais e populares. Desenvolver a propaganda e agitação partindo das reivindicações mais elementares, ligando-as à defesa de derubada do governo corrupto e pró-imperialista.